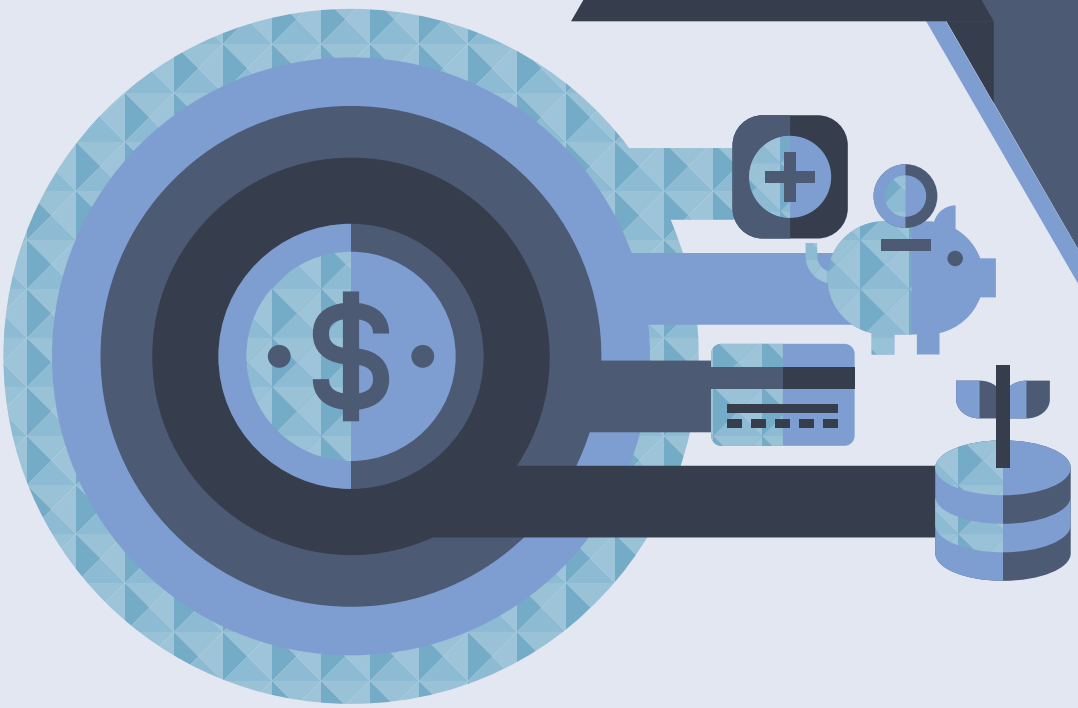
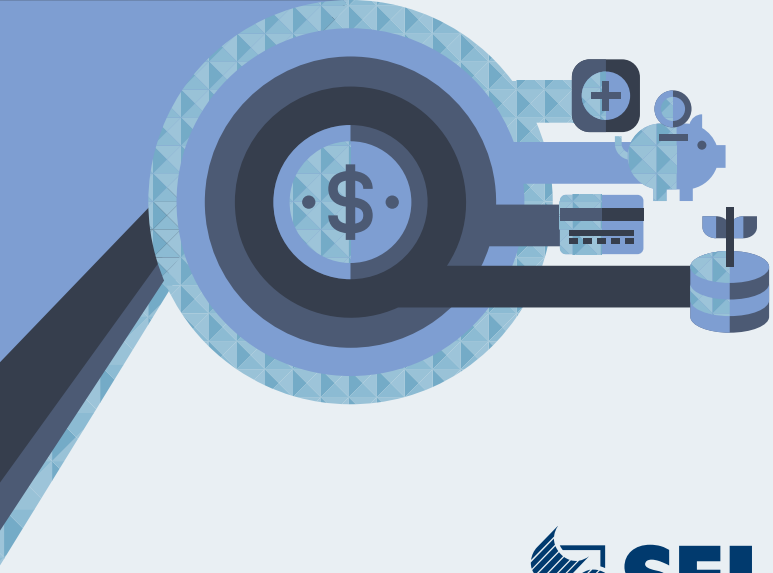
IPESE

Índice de Performance Socioeconômica

2014



publicações SEI



SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado da Bahia
Rui Costa – Governador

Secretaria do Planejamento
João Leão – Secretário

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Eliana Boaventura – Diretora-geral

Diretoria de Indicadores e Estatística
Gustavo Casseb Pessoti

Coordenação de Estatística
Urandi Roberto Paiva Freitas

Equipe Técnica
Alex Gama Queiroz dos Santos
Jadson Santana da Silva
Jonatas Silva Esírito Santo
Luis André Aguiar Alves

Coordenação de Biblioteca e Documentação (SEI)
Normalização
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações (SEI)
Augusto Cezar Pereira Orrico

Editoria-geral
Coordenação de Produção Editorial
Elisabete Cristina Teixeira Barreto

Revisão
Alcione Zanca

Editoria de Arte e de Estilo
Ludmila Nagamatsu

Editoração
Adir Filho

Projeto Gráfico
Vinícius Luz

SEI
Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., 435, CAB.
Cep: 41.745-002. Salvador (BA)
Tel.: (71) 3115-4822 / 3115-4786 Fax: (71) 3116-1781
www.sei.ba.gov.br – sei@sei.ba.gov.br

APRESENTAÇÃO

No Brasil, o desenvolvimento de indicadores socioeconômicos disseminou-se a partir da segunda metade da década de 1960 para atender ao planejamento das políticas públicas durante os governos militares. A estratégia era produzir informações para acompanhar o desempenho dos programas do Governo Federal e, também, seus desdobramentos para estados e municípios. Informações municipais só eram produzidas por meio do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com periodicidade decenal.

Neste âmbito, os primeiros esforços para a criação de indicadores municipais na Bahia surgiram em meados da década de 1990, a partir de iniciativas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), em parceria com a unidade local do IBGE. Decorre desse período, a criação do Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e do Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE).

Em 2011, as metodologias de cálculo do IDE e IDS passaram por uma revisão conceitual e sistemática, o que resultou na alteração da nomenclatura para Índice de Performance Econômica (IPE) e Índice de Performance Social (IPS), respectivamente. A opção de mudança da terminologia 'desenvolvimento' por 'performance' está relacionada a questões conceituais, pois se entende que o termo desenvolvimento é mais abrangente do que estes indicadores poderiam mensurar em termos de análises e resultados. O IPE e o IPS permitiam classificar os municípios de acordo com o nível de cobertura dos serviços básicos oferecidos à população em um dado ano de referência. Uma das limitações dos indicadores é que refletiam apenas o nível de oferta de serviços públicos, concentrando-se em uma análise quantitativa.

Entretanto, em 2014, a SEI julgou apropriado realizar uma nova revisão metodológica, unificando o IPE e IPS, que deu origem a um novo indicador para os municípios baianos: o Índice de Performance Socioeconômica (Ipese). Trata-se de um indicador sintético composto por três dimensões: duas sociais – educação e saúde; e uma de natureza econômica – economia e finanças. O índice foi elaborado com a finalidade de ser um instrumento de monitoramento e avaliação de políticas públicas dos municípios baianos, medindo a capacidade e a qualidade com que um município oferta certos serviços básicos para a sua população. O indicador tem como objetivo nortear o bom emprego de recursos públicos, atentando para as prioridades a serem atendidas no recorrente comprometimento de mitigar as disparidades econômicas e sociais no estado da Bahia.

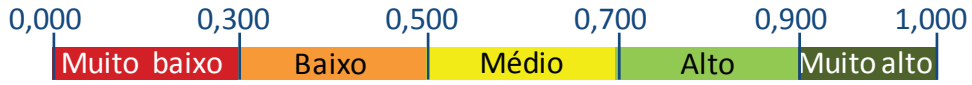
O QUE É O IPESE?

O Índice de Performance Socioeconômica (Ipese) é um indicador que tem por objetivo medir a capacidade dos municípios baianos em ofertar serviços básicos à sua população e a qualidade com que estes serviços são ofertados. O índice é resultado da agregação de três dimensões: educação; saúde; e economia e finanças – as quais são desmembradas em um conjunto de 16 indicadores.

As três dimensões componentes do Ipese foram selecionadas com base no atual tripé da literatura de desenvolvimento regional. Em cada eixo são utilizadas variáveis que tentam captar o modelo de ação, implementado pelo estado brasileiro, a ser seguido pelos municípios. Na área social, na dimensão saúde, o foco dos municípios deve estar voltado à atenção primária (BRASIL, 2012), e no eixo educação, a importância deve ser dada ao ensino pré-escolar e fundamental (BRASIL, 1988). Já na dimensão economia e finanças, o objetivo é alcançar o nível médio dos municípios brasileiros, tendo em vista que os indicadores econômicos dos municípios baianos ainda se encontram abaixo da média nacional. A proposta metodológica de cálculo do Ipese busca identificar o comportamento dos municípios baianos em relação ao alcance parcial ou total de metas estabelecidas. Os indicadores de cada dimensão foram elaborados a partir da orientação de órgãos competentes: as Secretarias de Saúde e de Educação do Estado da Bahia e a Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas da SEI; e as metas estipuladas conforme indicação de organismos nacionais e internacionais (MS-Brasil; WHO; IDEB). A ideia primordial é compatibilizar variáveis que mensurem a capacidade do município em ofertar certos serviços básicos e, também, a qualidade com que esses serviços foram ofertados.

Cada um dos 16 indicadores do município *j* é obtido pela razão entre a diferença do valor observado no município (coeficiente) e o valor mínimo determinado e a diferença do máximo (meta estabelecida para o indicador) e o valor mínimo determinado. Dessa forma, cada indicador pode variar entre zero (situação de baixa performance) e um (situação de alta performance). O Ipese é produto da média aritmética dos valores obtidos nos índices representantes de cada dimensão: Índice do Nível de Saúde (INS), Índice do Nível de Educação (INE) e Índice de Economia e Finanças (IEF). O indicador resultado do município *j* aponta a posição relativa deste no Ipese, variando entre zero e um, de forma que os valores mais elevados indicam os melhores desempenhos. Para efeito de categorização, os índices resultados de cada município são ordenados conforme uma faixa de classificação: desempenho "muito baixo" – indicador abaixo de 0,299; desempenho "baixo" – indicador entre 0,300 e 0,499; desempenho "médio" – entre 0,500 e 0,699; desempenho "alto" – entre 0,700 e 0,899; e desempenho "muito alto" – indicador acima de 0,900.

Faixa de desempenho:



A finalidade do índice é avaliar se as ações municipais na oferta de serviços primordiais estão contribuindo para que os municípios baianos alcancem um nível de performance socioeconômica capaz de atender às necessidades básicas de sua população, contribuindo para mitigar desigualdades regionais.

Quadro 1 – Síntese de Indicadores

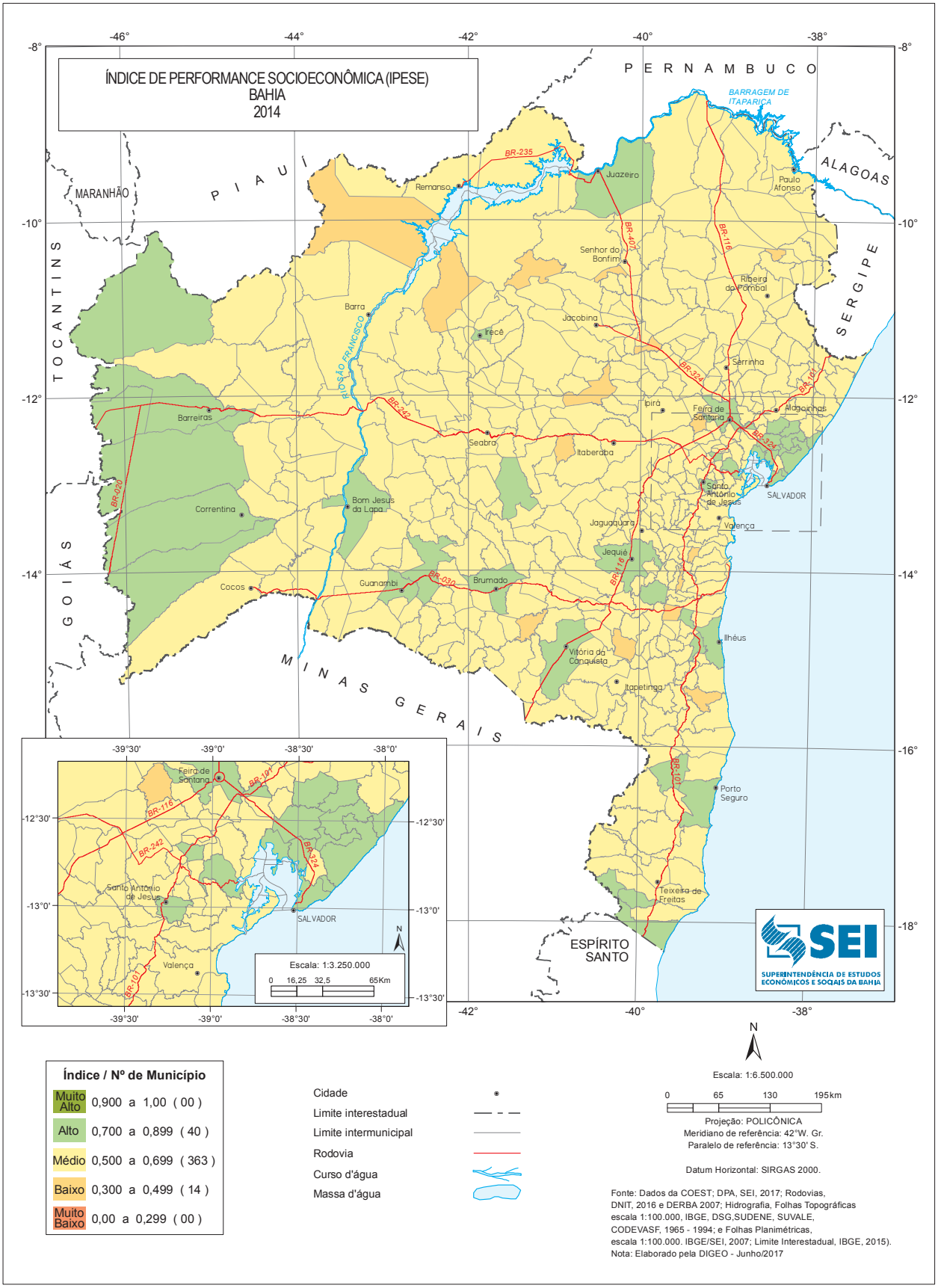
Dimensão	Indicador	Metas		
		Mínimo	Máximo	Referência
Saúde	IMED – Índice de Oferta de Médicos do SUS	0	2,5 médicos / 1.000 hab	Organização Mundial de Saúde (WHO, 2006)
	IENF – Índice de Oferta de Enfermeiros do SUS	0	2,0 enfermeiros / 1.000 hab	Organização Mundial de Saúde (WHO, 2006)
	IPSF – Índice da Cobertura de Equipes de Saúde da Família	0	3.450 habitantes / 1 equipe PSF. Para atender 100% pop.	Ministério da Saúde - Portaria nº 2.488
	ICPN – Índice de Consultas Pré-Natal	0	7 consultas pré-natal / nascido vivo	Ministério da Saúde - Portaria nº 570; Portaria nº 2.488
	IVAC – Índice de Cobertura de Vacinas	0	100% de crianças até 24 meses vacinadas: pentavalente	Lei nº 6.259, 30 de outubro de 1975; Lei nº 1.498, 30 de julho de 2013
	IINE – Índice de Internações por Causas Não Evitáveis	0	100% internações por causas não evitáveis	Ministério da Saúde - Portaria nº 221, de 2008
	IOCD – Índice de Óbitos por Causas Definidas	0	100% mortes com o motivo identificado	Ministério da Saúde - Portaria nº 1.172, de 15 de junho de 2004
Educação	IMPE – Índice de Matrícula na Pré-Escola	0	100% matriculados na idade correta: 4 a 5 anos	Plano Estadual de Educação. Lei nº 13.559 de 12 de maio de 2016
	IMEF – Índice de Matrícula no Ensino Fundamental	0	100% matriculados na idade correta: 6 a 14 anos	Plano Estadual de Educação. Lei nº 13.559 de 12 de maio de 2016
	IMEM – Índice de Matrícula no Ensino Médio	0	85% matriculados na idade correta: 15 a 17 anos	Plano Estadual de Educação. Lei nº 13.559 de 12 de maio de 2016
	IQSI – Índice de Qualidade do Ensino Fundamental (séries iniciais)	0	Nota IDEB Séries Inicias	INEP - IDEB
	IQSF – Índice de Qualidade do Ensino Fundamental (séries finais)	0	Nota IDEB Séries Finais	INEP - IDEB
Economia e Finanças	IPIB – Índice de Produto Municipal	Menor PIB per capita do Brasil	Média do PIB per capita dos municípios brasileiros	Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas (Coref) / SEI
	IFIN – Índice de Independência Financeira	0	30% indepenência financeira	Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas (Coref) / SEI
	IRTF – Índice da Renda do Trabalhador Formal	Salário mínimo vigente	Renda média do trabalhador formal dos municípios do Brasil	Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas (Coref) / SEI
	IEMP – Índice de Emprego Formal	0	Proporção média de trabalhadores formais entre os habitantes de 15 a 64 anos dos municípios do Brasil	Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas (Coref) / SEI

Fonte: SEI/Coest.

RESULTADOS

A Superintendência de Estudos Econômico e Sociais da Bahia (SEI) apresenta a atualização do Índice de Performance Socioeconômica dos Municípios Baianos (Ipese) para o ano de 2014. Os resultados do Ipese 2014 indicaram que 351 municípios baianos, o que representava 84,2% do total, melhoraram sua performance socioeconômica em comparação a 2013. Contudo, 15,8% dos 417 municípios baianos reduziram seu desempenho no índice. E as dimensões de Economia e Finanças (80,1% dos municípios com melhora) e Saúde (77,9% dos municípios apresentam avanço), foram as principais responsáveis por essa melhora capturada pelo indicador. Em 2014, Mata de São João apresentou a melhor performance entre os municípios baianos, com o indicador de 0,844. O município destacou-se por apresentar um desempenho "muito alto" (1,000) na dimensão Economia e Finanças, "alto" (0,861) na dimensão Educação e desempenho "médio" (0,672) na Saúde. Lauro de Freitas aparecia na segunda posição com um Ipese classificado como "alto" (0,818). Os demais destaques foram Camaçari (0,806), Jaborandi (0,791) e Madre de Deus (0,786).

Cartograma 1 – Resultado Ipese – Municípios da Bahia – 2014



Fonte: Dados da COEST; DPA, SEI, 2017; Rodovias, DNIT, 2016 e DERBA 2007; Hidrografia, Folhas Topográficas escala 1:100.000, IBGE, DSG,SUDENE, SUVALE, CODEVASF, 1965 - 1994; e Folhas Planimétricas, escala 1:100.000. IBGE/SEI, 2007; Limite Interestadual, IBGE, 2015).
Nota: Elaborado pela DIGEO - Junho/2017

Ao analisar o comportamento do Ipese entre os anos de 2010 e 2014, observa-se que houve uma melhora na performance socioeconômica nos municípios baianos. No ano de 2010, do total dos 417 municípios, 40,3% apresentaram um nível "baixo", enquanto que 57,8% foram classificados com uma performance "média", e apenas 1,9% do total, ou seja, oito municípios tinham o seu desempenho socioeconômico identificado como "alto". Em 2014, 15 municípios tinham a performance classificada como "baixa" (3,6% do total), sendo 362 municípios (86,8%) com desempenho "médio", e em 40 municípios, ou 9,6% do total, a performance era classificada como "alta".

Tabela 1 – Os 30 melhores municípios em performances no Ipese – Bahia – 2014

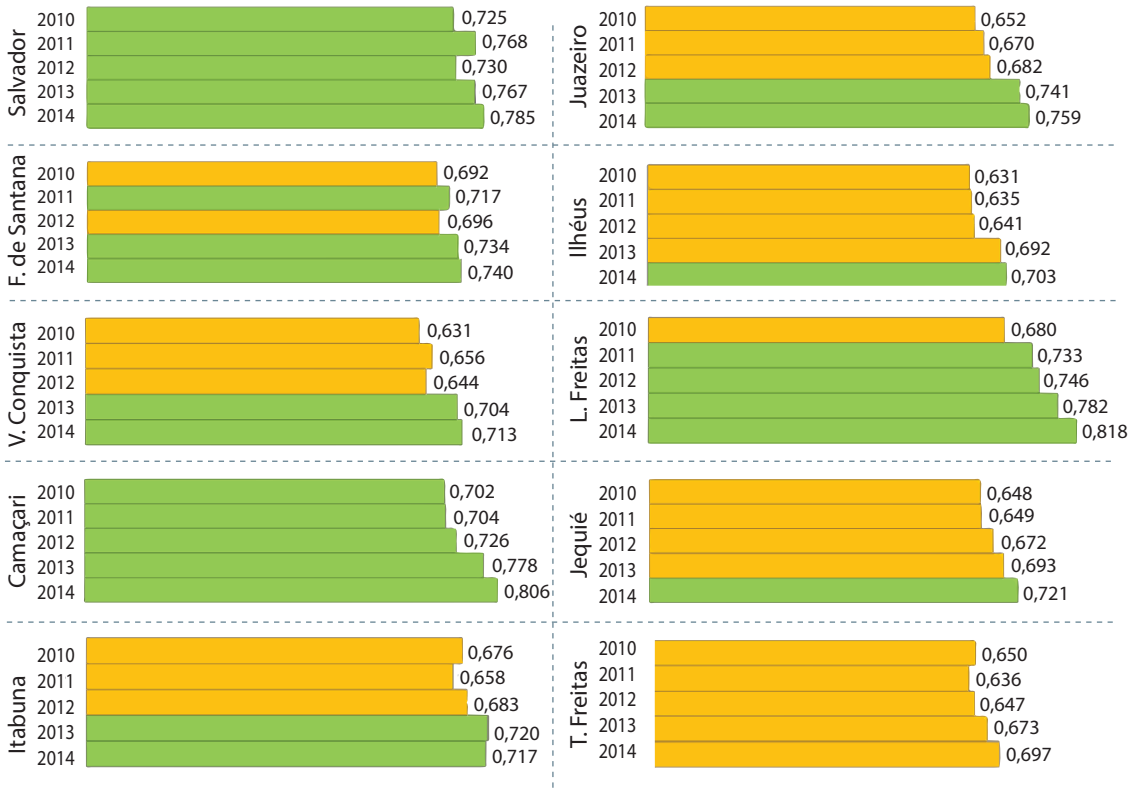
Ranking	Índice de Performance Socieconômica		Dimensão Saúde		Dimensão Educação		Dimensão Economia e Finanças	
1º	Mata de São João	0,845	Maetinga	0,841	Santa Inês	0,883	Salvador	1,000
2º	Lauro de Freitas	0,818	Madre de Deus	0,775	Bom Jesus da Lapa	0,880	Mata de São João	1,000
3º	Camaçari	0,806	Lajedão	0,760	Governador Mangabeira	0,878	Lauro de Freitas	0,968
4º	Jaborandi	0,791	Guanambi	0,756	Irecê	0,872	Camaçari	0,965
5º	Madre de Deus	0,786	Dom Macedo Costa	0,751	Catolândia	0,869	Feira de Santana	0,943
6º	Salvador	0,785	Juazeiro	0,748	Dom Macedo Costa	0,869	Candeias	0,933
7º	Pojuca	0,779	Paramirim	0,746	Seabra	0,866	Itagibá	0,910
8º	Luis Eduardo Magalhães	0,778	Lafayette Coutinho	0,734	Mata de São João	0,861	Pojuca	0,893
9º	Irecê	0,777	Jaborandi	0,731	Ichu	0,859	Luis Eduardo Magalhães	0,889
10º	Guanambi	0,770	Dom Basílio	0,725	São Félix do Coribe	0,855	Dias D´Ávila	0,878
11º	São Francico do Conde	0,769	Irecê	0,724	Lajedão	0,848	Simões Filho	0,877
12º	Barreiras	0,766	Piripá	0,717	Jaborandi	0,846	São Francisco do Conde	0,874
13º	Eunápolis	0,765	Cordeiros	0,713	Ribeira do Pombal	0,843	Ilhéus	0,864
14º	Porto Seguro	0,763	São Félix	0,712	Barra da Estiva	0,843	Mucuri	0,857
15º	Juazeiro	0,759	Barreiras	0,704	Morpará	0,842	Eunápolis	0,855
16º	São Desidério	0,751	Eunápolis	0,704	Luis Eduardo Magalhães	0,839	Porto Seguro	0,850
17º	Santo Antônio de Jesus	0,745	Barro Preto	0,701	Potiraguá	0,839	Alagoinhas	0,841
18º	Candeias	0,741	Glória	0,699	Sapeaçu	0,838	Barreiras	0,835
19º	Dias D´Ávila	0,741	Macururé	0,699	Banzaê	0,837	Correntina	0,829
20º	Feira de Santana	0,740	Pojuca	0,696	Barra do Mendes	0,835	Madre de Deus	0,828
21º	Correntina	0,740	Bom Jesus da Serra	0,694	Cordeiros	0,833	Vitória da Conquista	0,825
22º	Mucuri	0,731	Aracatu	0,694	Licínio de Almeida	0,831	São Desidério	0,812
23º	Cruz das Almas	0,727	Jussiape	0,693	Castro Alves	0,831	Santo Antônio de Jesus	0,811
24º	Itagibá	0,726	Ipupiara	0,693	Tanhaçu	0,829	Formosa do Rio Preto	0,807
25º	Formosa do Rio Preto	0,726	Ibiassucê	0,693	Caculé	0,827	Brumado	0,807
26º	Caetité	0,722	Ibotirama	0,692	Varzedo	0,827	Jaborandi	0,796
27º	Catolândia	0,721	São Desidério	0,690	Vereda	0,826	Itabuna	0,791
28º	Jequié	0,721	Porto Seguro	0,690	Capim Grosso	0,826	Esplanada	0,772
29º	Ibiraporã	0,719	Abaíra	0,688	Jaguarari	0,824	Jequié	0,768
30º	Lajedão	0,718	Condeúba	0,688	Guanambi	0,824	São Sebastião do Passé	0,766

Fonte: SEI/Coest.

A Dimensão Saúde, que engloba sete indicadores divididos em dois blocos, teve como os principais destaques Maetinga (0,841), Madre de Deus (0,775), Lajedão (0,760), Guanambi (0,756) e Dom Macedo Costa (0,751). Analisando o comportamento do Índice do Nível de Saúde (INS), observa-se que houve uma pequena melhora. Enquanto que em 2010, 84 munícipios (20,1% do total) apresentavam uma performance classificada como "baixa", no ano de 2014, nenhum dos municípios baianos tiveram classificação "baixa" na saúde básica. De 2010 para 2014, houve aumento no número de municípios classificados com performance "média" e "alta", respectivamente, de 329 para 373 municípios, e de quatro para 17 municípios. O Índice do Nível de Educação (INE), composto por cinco indicadores divididos em dois blocos, apresentou no ano de 2014 os seguintes destaques: Santa Inês (0,883), Bom Jesus da Lapa (0,880), Governador Mangabeira (0,878), Irecê (0,872) e Catolândia (0,869). Verificando o desempenho do indicador global de educação, observa-se que este apresentou uma melhora considerável, sobretudo, devido às notas do Índice da Educação Básica (Ideb) e aumento no número de matrículas do Ensino Fundamental e Médio. No ano de 2010, 406 municípios apresentaram uma performance "média" na educação, o que representava 97,4% do total. E em 2014, o indicador apresentou uma melhora

considerável com 78,9% dos municípios classificados com nível "alto", representando um total de 329 municípios. A dimensão Economia e Finanças, que é composta por quatro indicadores que visam captar o dinamismo do mercado de trabalho e da atividade produtiva dos municípios, apresentou a maior variação no espectro de desempenho. No ano de 2010, havia municípios classificados em todas as faixas de performance: 87 municípios em nível "muito baixo"; 243 em nível "baixo"; 50 em nível "médio"; 31 em nível "alto"; e seis em nível "muito alto" de performance. Em 2014, esse indicador apresentou uma pequena melhora: 23 municípios em nível "muito baixo"; 280 em nível "baixo"; 69 em nível "médio"; 38 em nível "alto"; e sete em nível "muito alto" de performance.

Gráfico 1 – Comparativo Ipese dos dez maiores municípios em termos de população – Bahia – 2010-2014



Fonte: SEI/Coest.

Entre os municípios com mais de 100 mil habitantes, para o ano de 2014, Lauro de Freitas apresentou o melhor resultado (0,818), seguido por Camaçari (0,806), Salvador (0,785), Barreiras (0,766) e Eunápolis (0,765). Embora em 2010 o município de Lauro de Freitas apresentasse uma performance média (0,680), nos anos subsequentes os indicadores apresentados por este foram destaques entre os demais municípios, quando consideradas as populações acima de 100 mil habitantes. Salvador, por sua vez, apresentou a performance socioeconômica "alta" nos quatro anos da série: (0,725) em 2010; (0,768) em 2011; (0,730) em 2012; (0,767) em 2013 e (0,785) em 2014.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA 2010/2011: mercado de trabalho. 3. ed. São Paulo: DIEESE, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: nota técnica. Brasília DF: Ministério da Educação 2007a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2015.

_____ . Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (*IDEB*): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, Estados, Municípios e Escolas. Brasília DF:Ministério da Educação, 2007b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_sao_as_metas/Artigo_projecoes.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2015.

_____. *Metodologia utilizada para o estabelecimento das metas intermediárias para a trajetória do Ideb no Brasil, Estados, Municípios e Escolas*: nota técnica. Brasília DF: Ministério da Educação 2007c. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/Ideb/Nota_Tecnica_n2_metas_intermediarias_IDEB.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 648, de 28 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 29 mar. 2006.

_____. Portaria nº 2.027, de 25 de agosto de 2011. Altera a Portaria nº 648/GM/MS, de 28 de março de 2006, na parte que dispõe sobre a carga horária dos profissionais médicos que compõem as Equipes de Saúde da Família - ESF e na parte que dispõe sobre a suspensão do Piso de Atenção Básica - PAB variável. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 ago. 2011a.

_____ Portaria nº 2488 de 21 de outubro de 2011. Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 out. 2011b. Disponível em: <http://www.saude.mt.gov.br/.../2488-%5B5046-041111-SES-MT%5D.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2015.

_____. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde).

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Características do emprego formal – RAIS 2012*: principais resultados – Bahia. Brasília, DF: MTE, 2011.

_____. Características do emprego formal – RAIS 2012: principais resultados – Brasil. Brasília,DF: MTE, 2013.

DUARTE, Ivomar Gomes. Leitos hospitalares: algumas considerações. *Revista de Administração em Saúde*, São Paulo, v. 2, n. 5, dez. 1999.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: ano base 2011. Rio de Janeiro: SEI/SENAI, 2014.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. *Idese*: uma análise sobre o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 2013. (Texto para discussão FEE, n. 115). Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/tds/115.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2015.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. *Novo Idese – 2010*: metodologia. Porto Alegre: FEE, 2014. (Texto para discussão FEE, n. 115). Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/20140408metodologia.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2015.

FONTENELLE, Leonardo Ferreira. Mudanças recentes na Política Nacional de Atenção Básica: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Medicina e Família e Comunidade*, Florianópolis, v. 7, n. 22, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/417/0>. Acesso em: 10 abr. 2015.

GOIÁS. Ministério Público do Estado. Gabinete de Planejamento e Gestão Financeira. *Quantitativo de leitos hospitalares por 1000 habitantes – GO*. Goiânia: MPE, 2013. Disponível em: <http://www.mpgo.mp.br/portalweb/hp/33/docs/quantitativo_de_leitos_gerais_hospitalares_por_1000_habitantes__go.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2015.

GOIÁS. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado. Índice de Desenvolvimento Econômico - *IDE e Índice de Desenvolvimento Social – IDS dos Municípios Goianos*: 2000. Goiânia: SEPLAN, 2003. 78 p.

HECK, Ana Cláudia. Estatísticas da atuação da enfermagem no Brasil. São Paulo: [s.n.], 2013. Disponível em: <https://www1.portaleducacao.com.br/Artigo/Imprimir/47435>. Acesso em: 4 abr. 2015.

ÍNDICE DE PERFORMANCE ECONÔMICO E SOCIAL DOS MUNICÍPIOS BAIANOS. Salvador: SEI, 2014. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=66&Itemid=284>. Acesso em: 15 abr. 2015.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. Índice de Desenvolvimento Municipal: ano 2009. São Luís: IMESC, 2010. v.1

INSTITUTO MUNICIPAL DE URBANISMO PEREIRA PASSOS. *Diferenciais intra-urbanos no Rio de Janeiro*: contribuição ao cumprimento da Meta 11 do Milênio.. Rio de Janeiro: [Prefeitura Municipal], 2008a. (Coleção estudos cariocas). Disponível: <http://www.lincolninst.edu/pubs/PubDetail.aspx?pubid=1174>. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. Índice de *Desenvolvimento Social*: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro.. Rio de Janeiro: [Prefeitura Municipal], 2008b. (Coleção estudos cariocas). Disponível: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2394_%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Social_IDS.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Classificação Internacional de Doenças*: décima revisão (CID-10). 8. ed. São Paulo: Edusp, 2008. v.2, p. 163.

PÓVOA, Luciano; ANDRADE, Mônica Viegas. Distribuição geográfica dos médicos no Brasil: uma análise a partir de um modelo de escolha locacional. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, p. 1555-1564, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v22n8/04.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2015.

REHEM, Tania Cristina Morais Santa Barbara; CIOSAK, Suely Itsuko; EGRY, Emiko Yoshikawa. Internações por condições sensíveis à atenção primária no Hospital Geral de uma microrregião de saúde do município de São Paulo, Brasil. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 535-42, jul./set. 2012.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE. *Indicadores básicos para a saúde no Brasil*: conceitos e aplicações. 2. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p.

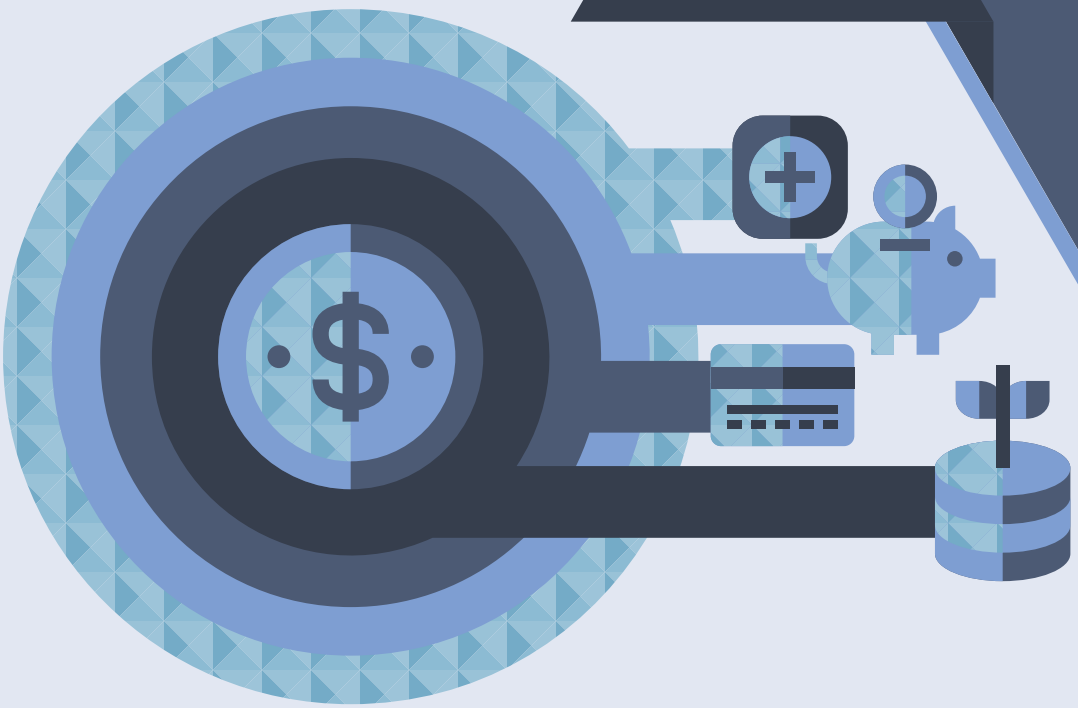
SÃO PAULO. Secretaria de Estado de Saúde. Coordenação dos Institutos de Pesquisa. Vacina combinada contra DTP e Hib. São Paulo: [Secretaria de Estado de Saúde], 2002. Informe Técnico.

SILVEIRA, Breno Carrillo; SILVEIRA, Aurilene Oliveira e Araújo. Índice Relativo de Qualidade de Saúde no Brasil: uma aplicação da análise de componentes principais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco, [*Anais*...] Rio Branco: SOBER, 20-23 jul, 2008.

SANTO, Augusto Hasiak. Causas mal definidas de morte e óbitos sem assistência. *Revista Associação Médica Brasileira*, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 23-28, 2008.

UNICEF *Situação da infância brasileira 2006*: Índice de Desenvolvimento Infantil. Brasília: UNICEF, 2006. Disponível: <http://www.unicef.org/brazil/pt/IDI_2004.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *The world healthreport:* workingtogether for health.Geneva: WHO, 2006.



SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO